

NÍVEL DE SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS PARCELEIROS ASSENTADOS EM PROJETOS DE
COLONIZAÇÃO DIRIGIDA. PAD. ANAUÃ - RORAIMA*

Level of Economic Situation of the Unit Occupants Settled in
Projects of Directed Colonization. Pad. Anauã - Roraima

João Luiz Hartz** e Ricardo Rossato***

RESUMO

Este estudo pretende dar uma contribuição, no sentido de desvendar algumas dúvidas sobre a real situação econômica em que se encontra as pequenas unidades produtivas familiares, formadas por intermédio da colonização oficial dirigida, implantada no país pós 1970, na região Amazônica.

Para tanto, decidiu-se estudar, de maneira mais detalhada, o Projeto de Assentamento Dirigido Anauã, no Território Federal de Roraima, que conta com 1.685 produtores assentados e possui características peculiares às áreas de novas fronteiras de expansão agrícola.

O objetivo básico do estudo foi verificar o nível de situação econômica atual das pequenas unidades familiares, de modo a apreender as especificações do processo de diferenciação por que passaram desde a sua criação. A diferenciação, neste estudo, é entendida como sendo modificações na organização da produção e do nível de vida dos seus ocupantes, fruto de características inerentes aos produtores assentados, e aos programas de apoio, tanto sociais e produtivos, implementados pelos órgãos oficiais, desde que este processo foi implantado bem como o acesso que os beneficiários tiveram a estes no transcorrer da sua instalação.

Os resultados permitiram concluir, pela importância representada por fatores como: escolaridade dos assentamentos, freqüência e qualidade dos contatos com técnicos da assistência técnica, acesso ao crédito rural, nível tecnológico que os produtores possuem, idade dos

* Parte da Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, 97119-Santa Maria, RS.

** Méd.Vet., Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA, UEPAE - Boa Vista, Roraima, 69100.

*** Sociólogo, Professor Adjunto do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, 97119 - Santa Maria, RS.

parceiros, mão-de-obra familiar disponível e disponibilidade de recursos na chegada, para o atingimento do nível de situação econômica elevado.

Por outro lado, o estudo demonstra a sobrevivência e a viabilidade sócio-econômica dos projetos de colonização dirigida, como forma de acesso à posse da terra.

UNITERMOS: colonização oficial dirigida, fronteira de expansão agrícola, nível de situação econômica, pequena unidade produtiva familiar.

SUMMARY

This study aims at giving a contribution to solve some doubts about the real economic situation of the small familiar productive units formed, in the Amazon region, by means of the directed official colonization established in the country after 1970.

In order to achieve this, a detailed study of the Project of Directed Settlement "Anauã" in the Federal Territory of Roraima was proposed. This project reckons with 1685 settled producers and has characteristics that are peculiar to the new frontier areas of agricultural expansion.

The basic objective of this study was to verify the level of the present economic situation in the small familiar units in order to understand the specifications of the distinguishing process they have passed on since they were established. The differentiation in this study is understood as being the changes in the organization of the production and of the familiar unit occupant's standard of living. This differentiation results from characteristics inherent in the settled producers and in both and productive support programs that have been fulfilled official agencies since this process was established, as well as from the access that the beneficiaries had during their installation.

The results permitted to conclude that, in order to reach a higher level of economic situation, the importance of factors such as producers' schooling, frequency and quality of technical assistance access to rural credit, producers' technological knowledge, unit lot occupant's age, members of the family available to do the work and availability of resources at the producers' arrival should be considered.

On the other hand, the study shows the survival and social-economic viability of projects of directed colonization as a means of access

to the land possession.

KEY WORDS: colonization, agricultural expansion level of economic situation.

INTRODUÇÃO

Com base no paradoxo da existência no Brasil de milhões de hectares de terras improdutivas e um número significativo de produtores rurais sem terra, na procura de se identificar as formas de acesso a posse da terra e deslumbra-se a reforma agrária e a colonização dirigida.

Para a melhor compreensão destes fenômenos se faz necessário uma análise histórica de como se deu o povoamento do País e os condicionamentos econômicos que o determinam e de que forma se enquadram as novas fronteiras agrícolas como alternativas escolhidas pelo estado pós 1970 em detrimento da reforma agrária tão clamada pela população na década de 60.

Para CONTINI (4), a opção do governo pela colonização de novas fronteiras agrícolas, em especial na região Amazônica não foi outra que criar um programa de impacto junto a opinião pública, procurando através de suas metas arrojadas validar este mesmo governo. Já IANII (9) identificou motivos de segurança e de intervencionismo nas relações sociais homem-solo e justificou os problemas sociais pelos constantes agravamentos na região (litígio entre posseiros e proprietários), porém mencionou que a intenção e ideologia central é a de segurança.

Os motivos centrais, levantados por TAVARES (23), propulsores da colonização dirigida nos diversos períodos foram de ordem política-militar e econômico-sociais. No primeiro grupo pode-se incluir objetivos de ocupação dos territórios e garantir as fronteiras e no segundo, se alinharam a aparente preocupação de justiça social procurando corrigir as distorções da justiça social que impediam o acesso à propriedade da terra e os motivos econômicos que visavam a ampliação da fronteira agrícola, aumentando assim a oferta de gêneros alimentícios ao mesmo tempo que gerariam o progresso econômico na região.

Por sua vez HEBETE & ACEVEDO (8) mostraram que o modelo de incorporação de novas fronteiras com construção de grandes eixos rodoviários não foi outro senão os de ordem econômica e de segurança, pois a frente de expansão espontânea já alcançava Goiás e Pará e a construção das rodovias ocorreu em conjugação com o levantamento do RADAN, que identificava as mais diversas jazidas minerais.

Para o órgão coordenador das colonizações, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) expresso no PIN (INCRA, 11), que o processo se destinava a ordenar a ocupação na região, tentando minimizar as tensões sociais existentes no meio rural ou urbano, de modo possibilitar de forma consciente a integração da população marginalizada num modelo econômico que permitisse a sua promoção sócio-econômica.

Dentro do contexto de como se implantou e se desenvolveu a colonização dirigida na região Amazônica, TURCHI PACHECO (25) e BOTELHO (1) demonstraram que visavam introduzir o grande capital nacional e internacional na região, aliado aos motivos de segurança alegados por outros autores. E para demonstrar esta posição relataram as modificações que o processo de colonização sofreu a partir da sua implantação que nos primeiros anos se destinava exclusivamente, a pequenos produtores, e que em 1975 sob alegação que estes produziam a degradação das matas Amazônicas gerando o desequilíbrio, além de apresentarem um retorno muito lento ao investimento, liberou a região ao grande capital, restringindo a colonização com pequenos produtores a núcleos (PAD e PIC) intercalados com grandes empresas.

É a época que surgiu a política de incentivos fiscais direcionadas a grandes empresas, principalmente para atividades de mineração e pecuária expressa no II PND (16).

Justamente, estes núcleos de colonização são o objetivo a ser pesquisado no presente estudo. A célula mater da colonização é a pequena unidade familiar preconizada pela metodologia de operação ocupacional dos projetos de assentamento de agricultores elaborado pelo INCRA (10) e ao se buscar o nível de situação econômica dos seus ocupantes, seterá um excelente parâmetro do processo de colonização dirigida oficial na região Amazônica. Uma vez identificado a sua situação econômica se procurar-se-á identificar os fatores individuais, econômicos e sociais que mais influíram no seu atingimento. Complementarmente, identificar alguns aspectos relativos a satisfação dos produtores no que tange a sua situação econômica, área que foi já assentado e o apoio recebido pelas instituições envolvidas.

O próprio INCRA (15) reconheceu o pouco conhecimento que possui sobre a situação dos parceiros assentados em projetos de colonização dirigida e a importância de uma análise mais detalhada para esclarecer os rumos que o processo está tomando.

REVISÃO DA LITERATURA

Neste item se buscou definir alguns conceitos de modo a unificar-los no estudo, como seja o de colonização dirigida bem como pequena unidade de produção familiar implantado pelo modelo de colonização utilizado e finalmente, fazer uma revisão das principais literaturas existentes concernentes ao assunto.

Sobre o conceito de colonização dirigida sua interpretação e diversificação LARANJEIRA (14) considerou que o termo colonização traz o sentido de ocupação territorial, povoamento combinado com a idéia de desenvolvimento econômico de uma região. Por sua vez TAVARES (23) incluiu a importância do planejamento prévio na ação de ocupação, procurando diferenciá-lo do povoamento que é espontânea. Planejamento este que busca a criação de condições favoráveis para o desenvolvimento e crescimento econômico e social tanto da população envolvida como da região.

Vivanco citado pelo INCRA (12), definiu a colonização como forma de política agrária destinada a ocupar áreas desabitadas ou pouco povoadas, de maneira a torná-las produtivas e racionalmente exploradas, com a introdução de serviços públicos e privados adequados ao assentamento da população envolvida, para o atingimento de condições sociais e econômicas favoráveis. Esta última definição demonstra o processo de colonização como instrumento de acesso a posse da terra e que produtores devem utilizar racionalidade dos meios de produção que possuem como suporte do Estado que devem contemplar as dificuldades entre o potencial da área escolhida e das disponibilidades dos assentados.

O INCRA define a colonização dirigida no artigo 5º do Estatuto da Terra, como sendo toda atividade oficial ou particular, que se destina dar acesso à propriedade da terra e a promover o seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas e pecuárias.

Para o estudo, se considera a colonização dirigida como uma ação pública e privada planejada destinada a povoar de modo seletivo, terras virgens e desabitadas por meio da construção de infraestrutura adequada, para a fixação dos agricultores selecionados definitivamente nelas, e de prestar-lhes assistência técnica, social e econômica a fim de possibilitar a sua produção com o intuito de atingir a sua emancipação sócio-econômica.

É reconhecida a importância representada pelas seleções, e apoio tanto social como econômico prestado pelo Estado para atingimento da essência do processo de colonização dirigida que é a emancipação sócio-

econômica do beneficiário.

Quanto ao modelo operacional de colonização utilizada pelo INCRA diversos autores como CONTINI (4) DIAS & CASTRO (5) e TURCHI PACHECO (25) já o analisaram demonstrando a sua inadequação e necessidade de mudanças, visando adequá-lo aos objetivos explícitos de promoção e integração dos assentados.

Porém, o que se observou foi uma gradativa desvinculação do órgão de coordenação e execução (INCRA) que tendem mais para as atividades de assentamento e regularização sobre a pretensa delegação das demais atividades a outras instituições estaduais que se demonstraram impotentes ou poucas ativas.

As metas propostas de assentamento de 1 milhão de produtores foram transformadas no início da década de 80 em títulos domínio da terra entregues, se desconhecendo o estado real em que se encontramos pequenos produtores assentados e se a meta explícita da melhoria sócio-econômica foi atingida.

Quanto a síntese das literaturas básicas sobre colonização dirigida na região Amazônica, pode se observar que TAVARES (23) fez uma análise puramente econômica do processo de colonização dirigida, fugindo de um levantamento mais detalhado dos beneficiários, já CONTINI (4) fez uma descrição minuciosa dos projetos de colonização na região e demonstrou as defasagens entre o planejamento e o executado pelo INCRA, e fez severas críticas ao modelo implementado pelo Estado por abster-se de uma promoção global mais bem definida e concluiu por ser satisfatório o processo de colonização implantado pelo INCRA, e justificou a sua posição com base em dados fornecidos pelo órgão executor, principalmente a evasão de produtores.

DIAS & CASTRO (5) procuraram através de uma análise minuciosa identificar as causas determinantes do sucesso e do fracasso dos projetos de colonização dirigido na Amazônia, ressaltando a importância da capacidade gerencial dos benefícios e a do capital como fatores limitantes no sucesso dos projetos. Deslumbraram na necessidade de uma seleção mais apurada dos benefícios, bem como no sistema de loteamento módulo rural, fatores determinantes para o sucesso dos projetos. Estes autores maximizaram a importância das obras de infra-estrutura em detrimento dos fatores sociais e concluíram pela importância apresentada pela colonização como instrumento de ocupação de novas fronteiras agrícolas.

da eficiência produtiva trazendo respostas econômicas na exploração agrícola;

- Escolaridade do produtor: para SCHULTZ (21), a escolaridade complementa a capacidade decisória, tornando o produtor mais apto a combinar os fatores produtivos disponíveis, aguçando o poder gerencial do mesmo e desta forma possibilitando a sua melhoria sócio-econômica;

- Origem: a origem dos parceiros é fator determinante na condição sócio-econômica que os mesmos atingirão no desenrolar no desenvolvimento, o que é assinalado por TAVARES (23), e como tal interfere diretamente no sucesso ou fracasso da exploração agrícola dos assentados em projetos de colonização, estando muito ligados a tradição agrícola que os produtores possuem na sua área de origem;

- Idade: a idade dos produtores rurais segundo SCHNEIDER (20), que mostrou que quanto mais avançada for a idade, maior será a experiência e a tradição que possuem, o que lhes possibilita identificar com mais clareza os objetivos a serem alcançados, bem como faz crer que possua uma estrutura familiar mais consolidada o que traz normalmente, uma maior disponibilidade de mão-de-obra, que lhe permite maximizar a área explorada com sensíveis respostas econômicas;

- Nível tecnológico: é considerado o conjunto de práticas utilizadas, usualmente, pelo produtor rural nas diversas culturas que explora. Para TAVARES (23), na medida em que o nível tecnológico dos produtores é mais elevado, melhor é a sua rentabilidade das atividades agrícolas, gerando respostas positivas tanto na sua renda como no nível de vida;

- Crédito rural: é um poderoso instrumento que permite fornecer recursos em quantidades suficientes, na época oportuna, ao produtor rural de modo a suprir as necessidades de capital da exploração agrícola, quando este carece de recursos próprios. A importância do crédito para o sucesso dos parceiros foi ressaltada por TAVARES (23), porém no caso dos projetos de colonização, TURCHI PACHECO (25), mencionou que nem todos os produtores tem acesso a esse tipo de instrumento;

- Mão-de-obra familiar: é o sustentáculo para determinar o tamanho da área a ser explorada. No caso mais específico das colonizações, onde a oferta de mão-de-obra a ser contratada é pequena, pois todos os produtores precisam explorar seus próprios lotes. Para INSFELD (13) a disponibilidade de mão-de-obra é fator limitante da renda do proprietário rural, podendo até mesmo impedir o seu desenvolvimento sócio-econômico;

- Recursos disponíveis na chegada: é um fator que pode impedir o início da atividade agrícola, trazendo atraso no desenvolvimento dos produtores assentados. LARANJEIRA (14) ao analisar as diferenças entre a colonização dirigida privada e oficial, identificou que o sucesso da primeira em relação a segunda, deve-se as exigências feitas na seleção dos beneficiários, de que possuam disponibilidade de recursos capazes de iniciar a exploração agrícola. Portanto, este item está intimamente relacionado com o sucesso dos produtores assentados.

Com base no referencial teórico apresentado, formulou-se as hipóteses relativas a associação de cada variável independente com o NSE, o que está sintetizado na Tabela 1.

TABELA 1. Variáveis independentes e as hipóteses de associação com a variável dependente NSE

Variáveis independentes	Hipótese	Associação
Contato com técnicos	Positiva	
Escolaridade	Positiva	
Origem	Positiva	
Idade	Positiva	
Nível tecnológico	Positiva	
Crédito Rural	Positiva	
Mão-de-Obra Familiar	Positiva	
Recursos Disponíveis chegada	Positiva	

MATERIAL E MÉTODOS

O projeto de colonização dirigida estudado foi em Pad. Anauã no Território Federal de Roraima, que possuía no ano de 1985, 1685 produtores assentados. Porém como se limitou para a composição da amostra que os produtores tivessem no mínimo quatro anos, o que reduziu o tamanho da população para 866 produtores rurais, sendo que 192 desses abandonaram a área, restando 674 que é a população abrangida no presente estudo. Todos os dados foram obtidos com base na lista cadastral do INCRA, responsável pelo projeto.

O tamanho da amostra foi de 100 produtores o que representa 14,8% da população total, bem superior ao tamanho exigido por TOMPKIN (24) que seria de 64 elementos.

A unidade de análise trabalhada foram os produtores rurais assentados no referido projeto de colonização, também denominados de parceiros. A escolha dos elementos que compuseram a amostra, foi feita por meio de método sistemático de acordo com a ordem de chegada (cadastro do INCRA). Como procedimento estatístico, estabeleceu-se, inicialmente, verificar a consistência da variável dependente Nível de Situação Econômica (NSE), através da correlação ordinal de Sperman que permite determinar o grau de associação e o sentido da mesma. Já para se estabelecer o grau de associação e o sentido das variáveis independentes em relação ao NSE, utilizou-se o teste não paramétrico de Kendall's Tau c.

A consolidação do instrumento de coleta (questionário) foi montado pelo pesquisador, auxiliado por técnicos do INCRA, ASTER e Secretaria da Agricultura do Território de Roraima.

A definição e operacionalização das variáveis tanto dependentes como independentes podem ser observadas em HARTZ (7).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na identificação do nível de situação econômica dos parceiros assentados no Pad. Anauá (RR) referente à situação de 1985 apresentou-se após a homogeneização utilizada para tornar igualitária a influência dos três índices, renda, nível de vida e área explorada, na sua consolidação mostrou uma variação bem definida nos três níveis (alto, médio e baixo).

O grau de associação dos três índices entre si e na consolidação do NSE pode ser percebido na Tabela 2, sendo que os valores obtidos demonstram a forte correlação existente ao nível de significância aceito. Dos três índices o que mais influência tem, é a renda seguido do nível de vida e da área explorada. O que nos permite dizer que quanto maior for o NSE maior será a renda, o nível de vida e área explorada.

Da amostra pesquisada, a oscilação de pontos variou entre 28 a 108 pontos, ocorrendo 30% dos produtores com alto NSE, 35 em médio NSE e 35% com baixo NSE.

A renda anual referente ao ano de 1985 oscilou entre Cz\$ 2.450,00 e Cz\$ 65.608,00, sendo que a média da amostra foi de Cz\$ 10.457,00, o que equivale a 13,02 salários mínimos anuais. Da renda obtida, 85,4% é oriunda de atividades básicas com as culturas de arroz, milho, mandioca

e feijão, sendo os restantes 14,6% obtidos de outras atividades como sejam bovinocultura, extrativismo (castanha do pará), serviços de terceiros, etc. O nível de vida da amostra foi mensurado com base na posse, uso e consumo de certos bens e serviços que integram a vida cotidiana do homem rural. A pontuação destinada a mensurar demonstrou que a média da amostra foi de 17,6 pontos sendo que a pontuação máxima determinada para este  ndice, por parte dos jurados foi de 34 pontos e a oscilação entre 9 a 32 pontos.

TABELA 2. Resultado da correlação de Spearman entre os índices que formam o NSE. PAD. ANAU , 1985.

�ndices	Renda	Nível de Vida	�rea Explorada	NSE
Renda			$r = 0,6646$ s.a. = 1%	$r = 0,8455$ s.a. = 1%
�rea Explorada		$r = 0,7091$ s.a. = 1%		$r = 0,7858$ s.a. = 1%
Nível de vida	$r = 0,6660$ s.a. = 1%			$r = 0,8015$ s.a. = 1%

r = Correlação ordinal de Spearman

s.a. = Significante a um determinado nível

O  ndice área explorada mostrou que a amostra oscilou entre 4 hectares e 60 hectares e que a média foi 21,38 hectares por propriedade da amostra, o que representa uma área desmatada muito acentuada em relação ao curto espaço de tempo que os produtores se encontram assentados. Outro aspecto digno de menção,   modelo de cultivo utilizado que prevê no máximo a utilização por dois anos da mesma área (cultura da mandioca) após   transformada em pastagem ou abandonada. Os próprios agricultores dislumbram alternativas com vista a utilização por mais tempo da mesma área através das culturas permanentes como café, guaran , cacau e seringueira, só que no momento não existe crédito rural para implementar qualquer uma dessas culturas.

A associação da variável dependente NSE com as variáveis independentes selecionadas, pelo teste de correlação Kendall's Tau c e pode ser observado na Tabela 3. A análise tabular revela que os coeficientes

TABELA 3. Comportamento das variáveis estudadas em relação ao NSE. PAD. ANAUÃ, RR, 1985.

Variável independente	Hipótese formulada	Coefficiente de correlação	Nível de significância
Contato com técnico	Positiva	0,6633	1%
Escolaridade	Positiva	0,7640	1%
Origem	Positiva	0,0655 (NS)	16,37%
Idade	Positiva	0,1128	5%
Nível tecnológico	Positiva	0,5412	1%
Crédito rural	Positiva	0,6800	1%
Mão-de-obra familiar	Positiva	0,1779	1%
Disc. rec. chegada	Positiva	0,5115	1%

NS = não significativa

apresentados se mostraram significativos para sete das oito variáveis, a exceção apresentada foi a variável origem dos migrantes, devendo-se considerar que existe uma defasagem de variabilidade entre os percentuais esperados e obtidos, isto é 85% da amostra são oriundos do nordeste, o que mascarou uma análise mais apurada em relação com as outras origens consideradas, sendo que a mais elevada foi sul-sudoeste com 7%.

Quanto aos dados complementares, se observou que 89% da amostra pesquisada, se encontram satisfeitos com a área recebida e as condições em que encontram, muito embora estejam num baixo NSE, vislumbram condições futuras na região que lhe proporcionarão a sua promoção sócio-econômica. Os 11% insatisfeitos alegam como motivos, a qualidade da terra, a insuficiência de capital para explorá-la e a insalubridade da região.

Da amostra pesquisada 91% exerciam na área de origem atividades relacionadas com agricultura, sendo que 79% não dispunham de terra. As causas predominantes para a migração para o Pad. Anauã foram condições sócio-econômicas desfavoráveis na origem e acesso a terra (54%).

Um dado surpreendente é o relativo à insalubridade da região, em que 64% da amostra já contraiu malária em algum de seus membros familiares, com frequência que oscila de três a cinco vezes. A leishmania começou a ocorrer a partir de 1982 na região, sendo que da amostra pesquisada 9% já tiveram a incidência de pelo menos um caso em alguns de

seus membros da família. E 12% da amostra estudada possuía 1 óbito em alguns dos membros da família nos últimos cinco anos.

A atuação da intermediação na comercialização é muito efetiva, 98% da amostra comercializam a sua produção por meio de intermediários, embora na região exista uma cooperativa de pequenos produtores implantada com apoio do INCRA como meta do programa de colonização, somente, que se encontra desacreditado junto aos produtores rurais. Os dados mostraram que 14% da amostra são associados a referida cooperativa porém apenas 2% comercializam por intermédio da mesma, as razões mais comuns apresentadas no que tange a não comercialização com as cooperativas se devem ao baixo preço oferecido, atraso no pagamento do produto e classificação.

Quando questionados, os produtores pelas razões que não os atraíram para se associar a cooperativa, 80% respondeu que não dislumbra qualquer benefício a ser oferecido pela instituição e ao mesmo tempo reconhece a existência de pouca participação decisória dos produtores na mesma.

CONCLUSÃO

Constatou-se no estudo elaborado a existência de uma diferenciação econômica nos produtores assentados no projeto de colonização dirigida, e que esta diferenciação se deve a fatores inerentes aos beneficiários e a programas colaterais oferecidos por parte do Estado aos mesmos. Verificou-se a existência de um percentual bastante elevado de produtores rurais em regime de subsistência, e que muitas vezes são forçados a vender a sua força de trabalho com intuito de manter a família em condições de vida bastante precária quer no aspecto habitacional e alimentar.

O projeto estudado demonstra com clareza as modificações experimentadas pelos programas de colonizações pós 70, quanto ao apoio fornecido aos beneficiários, que na atualidade são bastantes limitados e precários, quase que se restringindo ao assentamento e regularização fundiária.

Se faz necessário definir, uma política de desenvolvimento agrícola de novas fronteiras, que forneça instrumentos capazes de viabilizar a posse da terra nestas áreas. Esta política deverá contemplar desde a seleção dos produtores, passando por programas de apoio social como educação e saúde e se estender a programas de apoio a produção, que gerem tecnologias adequadas a região Amazônica, e que disponham de

crédito subsidiado para fomentar a produção de culturas e sua comercialização, de modo a se evitar a devastação improdutiva da região que vem trazendo sérios reflexos irreversíveis a ecologia.

A colonização como processo de acesso a posse da terra é válida, porém não pode prescindir que na sua essência tem como meta o homem e, como tal, este deve participar de modo ativo nas decisões de interesse comum, pois só assim será viabilizado enquanto processo de promoção sócio-econômico.

BIBLIOGRAFIA

01. BOTELHO, V.L. *Colonização dirigida e diferenciação sócio-econômica na Amazônia: Núcleo de Itaituba-Pará*. Viçosa. U.F.V., 1981, Dissertação (Mestrado Sociologia Rural).
02. CARDOSO, F.H. & MULLER, G. *Amazônia do capitalismo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1977. 135p.
03. CHALOULT, N.B. *Processo migratório rural-rural-RS*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1972. 142p.
04. CONTINI, E. *A colonização na transamazônica: resultados e problemas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1976. 225p. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Econômico).
05. DIAS, G. & CASTRO, M. *Colonização dirigida no Brasil: considerações críticas sobre o sistema de implantação de projetos*. São Paulo. FIPE, 1977. 121p.
06. GUERREIRO, S.J. Uma abordagem teórica para o estudo do agricultor de baixa renda. In: Reunião Anual da SOBER, 15: Viçosa, 1977. *Política Agrícola e Agricultura de Baixa Renda*. V. I, Viçosa, U.F.V., SOBER, 1977. p.1-9.
07. HARTZ, J.L. *Nível de Situação Econômica dos parceleiros assentados em projeto de colonização dirigido*. PAD. ANAUÁ, RORAIMA, Santa Maria-RS, Universidade Federal de Santa Maria, 1986. 127p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural).
08. HEBETTE, J. & ACEVEDO, R. *Colonização para quem?* Belém, Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), 1986. 147p.
09. IANII, O. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1979. 137p.
10. INCRA - *Estatuto da Terra*. Brasília, INCRA, 1964. 53p.
11. INCRA - Brasília, *Política de integração nacional (PIN)*. Brasília, 1972. 35p.
12. INCRA - *Sistemas e programas de colonização na Amazônia brasileira*. Pará. Brasília, 1972. 71p.
13. INSFELD, J.A. *Situação sócio-econômica e aspirações dos pequenos proprietários do 3º Distrito de Pelotas-RS*. Piracicaba, Escola Superior de Agricultura "Luiz Queiroz", 1972. 78p. Dissertação (Mestrado Economia Rural).
14. LARANJEIRA, R. *Colonização e reforma agrária*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1983. 204p.

15. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. INCRA. *Anais do Simpósio Internacional de Experiência Fundiária*. (apêndice). Salvador, Brasil. 1984. 824p.
16. MINISTÉRIO DO INTERIOR, SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, SUDAN. *II Plano Nacional de Desenvolvimento*. II P. N. D. Para, SUDAN, 1975. 320p.
17. PASTORE, J. Componentes sociais do desenvolvimento agrícola. In: PASTORE, J., Org. *Agricultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, APEC-ABCAR, 1973. p.132-92.
18. REDWOOD III, J. *Ocupação da fronteira, estado e expansão capitalista: algumas reflexões com base no caso brasileiro contemporâneo*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1979. 21p. (Série Textos para Discussão).
19. SAWYER, D. *Campesinato, capitalismo e expansão de fronteiras na Amazônia*. Belo Horizonte, UFMG-DEDEPLAR, 1977. 23p.
20. SCHNEIDER, J.E.A. *Influência de fatores sócio-culturais na inovabilidade e eficiência dos agricultores*. Estrela e Frederico Westphalen, RS. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1970. 130p. Dissertação (Mestrado em Economia e Sociologia Rural).
21. SCHULTZ, T.W. *A transformação da agricultura tradicional*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965. 207p.
22. SERVILHA, W. *Agricultura e acumulação de capital no Brasil*. Belo Horizonte, UFMG-DEDEPLAR, 1977. 127p.
23. TAVARES, V. *Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região Amazônica*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972. 202p. (Relatório de Pesquisa).
24. TOMPKIN, J.R. *Estatística e métodos de pesquisa e ciências sociais rurais*. Piracicaba, ESALQ, 1976. 168p.
25. TURCHI PACHECO, L. *Colonização dirigida: estratégia de acumulação e legitimação de um estado autoritário*. Brasília, Universidade Federal de Brasília, 1979. 174p.